

Plano de Governo do PT para o Estado do Espírito Santo (2019-2022)

Jackeline Oliveira Rocha - 13

O programa de Governo do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado do Espírito Santo vem nestas eleições de 2018 apontar para um caminho de retomada do otimismo, da esperança e de um futuro **inclusivo, solidário, dinâmico, democrático, desenvolvido em todas as suas regiões.**

Envolve **dimensões estratégicas**, com transversalidades, que vão pautar a atuação setorial do governo e promover articulação entre as políticas públicas. Tem como **eixos:**

1 - Gestão Participativa e Transparente;

2 - Garantia dos Direitos Sociais e Serviços de Qualidade para a População;

3 - Desenvolvimento para a Geração de Trabalho e Renda.

O governo de Jackeline Oliveira Rocha e de Cleber Lanes(vice) terá como premissas a defesa da democracia, a promoção da igualdade e dos direitos consagrados na Constituição Federal e em todo arcabouço legal que ampliou as conquistas sociais nos Governos Lula e Dilma. Inclui plenamente mulheres, população negra, juventude, pessoas com deficiência, população LGBTTTQI, crianças, idosos, povos e comunidades tradicionais e indígenas e trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais.

O Estado do **Espírito Santo**, com uma área em torno de 46 000 km², é o menos povoado da região Sudeste, possui, segundo uma estimativa do IBGE, para o ano de 2017, um total de 4.012.000 habitantes, abrigando 1,95% da população brasileira, sendo que quase a metade, em torno de 1.960.000 habitantes, ou 48,9%, habitam na região metropolitana da **Grande Vitória**, que agrega 7 municípios, em torno da sua capital, e que concentra aproximadamente 66 % do PIB estadual.

O estado possui atualmente 85% de sua população morando em áreas urbanas, uma percentagem equivalente ao do país, e um índice de crescimento populacional de 1,07% ao ano, pouco superior a taxa brasileira, prevista para 2018, e detém um IDH/ 2017 de 0,740.

A expectativa de vida ao nascer no estado é de 77,5 anos, sendo o terceiro estado do país neste item de qualidade de vida. A sua população é atualmente composta de 51% de mulheres e 49% de homens. Quanto ao perfil étnico racial, 39,3% do total se declaram brancos, 49,8 % pardos, 10,5 % negros e 0,2 % se declaram como indígenas.

Concentra a maior parte da sua população na franja litorânea, nas médias cidades e na metrópole, embora esta mantenha nos últimos anos uma percentagem de população estável em relação ao conjunto do estado, talvez, provavelmente, ao fato que a maior parte da atual migração, oriunda das áreas rurais, esteja se destinando às cidades de porte médio, onde o mercado de trabalho é mais atraente, e aparenta ser mais fácil o acesso aos serviços públicos de saúde e educação.

Seus 78 municípios estão organizados em 4 macrorregiões e 10 microrregiões com vistas ao planejamento e a gestão pública, sendo que 2/3 destas cidades, pequenas, tenham registrado crescimento populacional negativo nos últimos anos, ou mantido estável sua população.

Os inegáveis retrocessos impostos no país com o golpe perpetrado contra o Governo Dilma culminou em impactos profundos e severos para o estado do Espírito Santo, que já podem ser constatados nos principais indicadores econômicos e sociais.

Ficam evidentes os reflexos da crise na retração do PIB capixaba, sendo mais acentuada esta queda que a média nacional nos anos de 2016 e 2017, demonstrando a elevada dependência do estado com os preços internacionais dos produtos de exportação.

O Espírito Santo que obteve uma taxa de crescimento do PIB de 4,5% em 2014, uma retração de 1,1% em 2015 e de - 9,3 % em 2016, e um crescimento positivo de apenas 1,7% já por conta dos reflexos da instabilidade política, jurídica, econômica e social aprofundadas com o golpe.

A queda mais acentuada do PIB capixaba em relação ao do país pode ser atribuída aos seguintes fatores locais: (i) ciclo de negócios; vinculado a commodities, em especial o petróleo; (ii) desastre ambiental de Mariana; (iii) pior seca do século; e a falta de investimento no setor imobiliário a partir da deposição da presidenta Dilma.

Diante desse quadro econômico, a situação social acentuou-se ainda mais, refletindo nas desigualdades e suas distorções: 204 mil jovens “nem-nem”, que nem estudam e nem trabalham; 61.954 casos de furtos e roubos; assaltos com mortes cresceram 43% fruto das baixas taxas de crescimento e da crise; a violência de gênero com 123 feminicídios em 2017; estupro coletivo, onde o Espírito Santo ocupa o 3º lugar no país; há hoje no tribunal de justiça cerca de 54.127 processos de violências domésticas; alto índice de desemprego com 264.000 mil pessoas desocupadas sendo que 41.000 mil dessas pessoas desistiram de procurar emprego.

O Partido dos Trabalhadores elaborou diretrizes para propor ao povo capixaba um projeto inovador em que a participação popular será um pilar de sustentação do governo.

1 - Gestão Participativa e Transparente;

O Estado do Espírito Santo possui características históricas, geográficas e de localização que influenciaram no seu desenvolvimento econômico e que o colocou na quarta posição entre os estados da Região Sudeste, sendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente, os mais ricos do País. No entanto, considerando as 27 unidades da federação, o Espírito Santo tem se posicionado entre a décima primeira e a décima quinta posição do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, no período mais recente.

Se por um lado tivemos prejuízos, por outro pudemos usufruir de melhores condições que a maior parte dos estados brasileiros para planejar e executar políticas públicas de desenvolvimento. Um dos fatores favoráveis é o tamanho da população capixaba e sua distribuição territorial. Do total da população, 48,9% está nos 7 municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), enquanto a outra metade está nos 71 municípios restantes. Outro fato importante é

que a RMGV se situa praticamente no meio, entre os extremos norte e sul do Espírito Santo.

Ocorre que as estruturas administrativas do governo do Estado do Espírito Santo não contribuem para o estímulo a participação qualificada dos seus servidores e nem da sociedade civil organizada, seja da RMGV ou do interior do ES. As decisões relativas às decisões estratégicas que norteiam o desenvolvimento econômico privilegiam atores sociais com pouco ou nenhuma preocupação com os impactos sociais e ambientais para a maioria da população. Os denominados “setores produtivos” já instalados em solo capixaba ou outros potenciais investidores podem e devem ser ouvidos, mas não como os principais beneficiárias das políticas públicas. Pois, a população residente que colabora através de suas pequenas e médias empresas, os trabalhadores urbanos e rurais, a população de todas as idades e etnias devem ser o público prioritário de uma gestão participativa e transparente.

Face a uma visão tecnocrática e autoritária, os servidores públicos dificilmente são ouvidos em suas reivindicações ou propostas que possam contribuir para a melhoria da gestão pública. Ninguém melhor que os próprios servidores para contribuírem no diagnóstico dos gargalos existentes que impedem a oferta dos serviços públicos aos contribuintes e a população em geral. Como exemplo identificamos a atual situação do sistema TRANSCOL em que o sindicato dos servidores públicos alertou sobre a precariedade das instalações dos terminais, e que, a quase totalidade encontra-se com alvarás do Corpo de Bombeiros vencidos. O mesmo foi denunciado por profissionais do magistério sobre as condições das unidades escolares sob a responsabilidade do governo estadual. Matéria publicada em 10 de outubro de 2017 em A GAZETA informava que, das 477 unidades de ensino, apenas 2 estavam com alvará do Corpo de Bombeiros regular, o mesmo ocorrendo em relação aos alvarás sanitários. Se setores tão relevantes e de uso diário da população estão sendo negligenciados, não temos como dimensionar os problemas dos demais prédios públicos de uso administrativo, histórico e cultural. É lastimável que na era da informação instantânea e que o uso das tecnologias que poupam tempo e força de trabalho a gestão do patrimônio público passe por problemas só concebíveis antes da informatização e do acesso às novas tecnologias pelos servidores das áreas administrativas e operacionais.

A incorporação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na gestão pública é uma realidade. Esse fato requer a permanente manutenção e atualização das máquinas e equipamentos e, bem como, da oportunidade de acesso a treinamentos, capacitações e aprendizado dos servidores usuários desses instrumentos. Servidores de todas as secretarias e órgãos devem ser contemplados nos processos de qualificação e educação profissional, mas destacamos como urgente a modernização das estruturas e o acesso facilitado por parte dos servidores que atuam nos serviços de maior demanda por parte da população como educação, saúde, assistência social, defesa civil e segurança pública.

As TICs têm fundamental importância na contratação de produtos e prestação de serviços de terceiros pelo Poder Público. As boas compras e contratos influenciam diretamente na qualidade dos serviços públicos. Mas, além de disponibilizar informações sobre as aquisições de produtos e serviços, é fundamental que se tenha acesso aos processos, sempre que possível, por meio de audiências públicas e outros meios de participação de interessados diretos como fornecedores, beneficiários e instituições de controle social. O acompanhamento e a participação nos processos licitatórios, com a necessária punição e inscrição em cadastro negativo dos maus fornecedores e prestadores de serviços, cumprirá papel relevante para evitar desvios, má utilização dos recursos públicos e atuação de corruptos e corruptores que pretendam dilapidar o patrimônio público.

Em geral, as secretarias e órgãos meio são as definidoras, com as devidas prerrogativas do chefe do Poder Executivo, dos setores estratégicos que receberão maior atenção e investimentos do governo. Entre as mais influentes estão, além do Gabinete do Governador, a Secretaria de Planejamento e a Fazenda. Em determinado momento histórico do desenvolvimento capixaba, o Instituto Jones Santos Neves cumpriu papel relevante na realização de pesquisas, elaboração de planos, programas e projetos que direcionaram os investimentos em infraestrutura e planejamento urbano, em especial, da Grande Vitória. Este importante instituto, que está alocado na Secretaria de Planejamento, hoje não tem o mesmo peso e prestígio. Trabalhando quase que exclusivamente com dados secundários, fornecidos por outros órgãos do governo ou instituições de pesquisas como o IBGE, os bem qualificados servidores do IJSN estão sendo subutilizados em seu potencial produtivo. Profissionais de nível superior e especializações diversas não podem

cumprir papel, apenas, de publicação de estudos e pesquisas que, muitas das vezes, sequer são consideradas na definição das políticas públicas. Quando muito, produções técnicas científicas são utilizadas em ações de eficácias duvidosas, pois não há a devida análise dos impactos de tais ações na mudança da qualidade de vida do público beneficiário.

Para que seja possível aumentar a capacidade de investimento para melhorar a capacidade de gestão, a oferta dos serviços públicos e promover o desenvolvimento sustentável se faz necessário aperfeiçoar os mecanismos de cobrança, recebimento e evitar a sonegação fiscal. Também é preciso diminuir a renúncia fiscal a patamares aceitáveis evitando assim o aumento das distorções na concentração e distribuição de renda. O PT propõe garantir a transparência na decisão dos setores beneficiados e dos percentuais concedidos de incentivos fiscais.

A título de contribuição do Estado do Espírito Santo para a manutenção do contingente populacional que vive, trabalha e promove o desenvolvimento através das atividades produtivas classificadas como agricultura familiar e componentes dos segmentos sociais tradicionais e étnicos como camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e pomeranos, o governo do PT irá buscar garantir a ampliação do direito a outorga não onerosa do uso da água com acesso desburocratizado. Estes segmentos desempenham papel relevante ao cumprir a função social na produção de alimento com a conservação dos recursos hídricos, a produção para o autoconsumo de suas famílias e colocar seus excedentes no mercado a preços acessíveis e que impactam diretamente na soberania e segurança alimentar nos territórios onde estão, nos mercados regionais, nacionais e, inclusive, nos mercados externos. Vamos dialogar com os gestores públicos e os produtores rurais para definição da utilização dos recursos arrecadados com as outorgas onerosas em programas de conservação, preservação e recuperação ambiental e das nascentes que alimentam córregos, lagoas e rios fornecedores de água para o consumo pessoal e produtivo.

Como elementos da **Gestão Participativa e Transparente**, propomos:

- ✓ Fortalecimento do processo de democracia participativa e de transparência da administração pública;
- ✓ Ampliação da utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC's;

- ✓ Fortalecimento de políticas integradas para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RGMV), promovendo e ampliando a participação dos municípios e da população, criando programas para promover a redução das desigualdades urbanas entre os municípios da RMGV e garantindo uma distribuição igualitária dos serviços e equipamentos públicos, o acesso ao saneamento ambiental,
- ✓ Garantia de melhor qualidade do transporte coletivo público e mobilidade urbana com acessibilidade;
- ✓ Reformulação das agências reguladoras e das empresas públicas, garantindo a participação dos municípios;
- ✓ Promoção do diálogo com a sociedade através do fortalecimento de Conselhos;
- ✓ Democratização das peças orçamentárias (PPA e LOA) através dos instrumentos de orçamento participativo;
- ✓ Redefinição do papel dos conselhos de gestão administrativa, financeira e de políticas sociais e, havendo necessidade, criar estruturas para garantir o pleno funcionamento e execução das suas deliberações;
- ✓ Definir áreas temáticas e segmentos sociais prioritários para a realização de audiências públicas, congressos e conferências que contribuam na definição e ampliação do alcance das prioridades das políticas públicas.

2 - Garantia dos Direitos Sociais e Serviços de Qualidade para a População

O Estado do Espírito Santo, assim como todas as unidades da federação, experimentou, a partir do governo Lula e depois no governo Dilma, um processo de expansão dos investimentos públicos para a promoção do acesso aos direitos básicos de cidadania. Programas como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Fies, Mais Médico, entre outros, deram condições aos segmentos sociais historicamente alijados do acesso aos bens de consumo e serviços essenciais a dignidade humana, o poder de usufruir políticas públicas que os contemplem. Paralelo aos investimentos em infraestrutura, financiamento da habitação para setores da classe média e outros setores estratégicos, as políticas sociais ajudaram

na ampliação do consumo e conseqüentemente na geração de oportunidades de novos negócios, trabalho e geração. Foi notável o fortalecimento de cadeias produtivas de produtos que compõe a cesta básica de alimentos, limpeza e higiene pessoal. Mas não somente. Cresceu o consumo de derivados do leite: queijo, iogurte, bebidas lácteas; macarrão; carnes e embutidos; móveis e utensílios domésticos; eletro eletrônicos; e, os produtos da linha branca. Grandes, médias e pequenas empresas capitalistas tradicionais obtiveram margens de lucros espetaculares, mas foram abertas oportunidades para as empresas que operam em sistemas de gestão associativa e/ou cooperativa. Na esteira das novas experiências de gestão, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho. Foram contemplados com políticas de apoio e fomento o modo de vida e as formas de produção de segmentos sociais que vivem da pesca, da produção artesanal, da agricultura familiar camponesa, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Com protagonismo de setores antes marginalizados, os governos Lula e Dilma contribuíram para a regulamentação e criação de legislação de assistência e proteção social para crianças e adolescentes, juventude, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTs.

Reeleita em 2014, a presidente Dilma passou a sofrer ataque sistemático dos partidos e setores conservadores da sociedade que não estavam de acordo com os avanços sociais que permitiram ao Brasil se destacar mundialmente no combate as desigualdades, com inclusão social, relações multilaterais independente e soberanas em relação aos países que sempre interferiram nas decisões dos governos anteriores. A partir de 2015 e, principalmente, após o *impeachment* da presidenta Dilma, os cortes nos investimentos do governo federal afetaram sensivelmente a população de mais baixa renda e dependentes de transferência de renda e dos serviços públicos.

A iniciativa privada, entre os quais os bancos, foram extremamente beneficiados com o aumento da capacidade de acesso ao crédito e ao consumo, mas também os governo municipais e estaduais viram respeitados o pacto federativo através do repasse de recursos, a título de empréstimo ou das transferências compulsórias e voluntárias. No período dos governos Lula e Dilma, o governo do Espírito Santo atuou em diversas frentes, favorecendo amplas camadas sociais, em que os

recursos próprios normalmente não são utilizados. Não havendo transferências da União, os cortes nos programas de saúde, educação e assistência social são os primeiros a ocorrer. A população mais prejudicada com tais cortes orçamentários veem diminuir a cobertura de vacinas com retorno de doenças que já estavam controladas; a pauperização das condições de trabalho dos professores e demais profissionais da educação, assim como da saúde, assistência social e da segurança pública.

Nosso governo irá contribuir para que os setores produtivos do meio rural integrantes das cadeias produtivas de commodities que se destinam ao mercado externo tenham preservadas as condições de acesso ao crédito e ao desenvolvimento de tecnologias adequadas ao processo produtivo em larga escala. No entanto, iremos priorizar a produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar e nutricional de toda a população. Nesse aspecto, a agricultura familiar e as práticas produtivas associativas, cooperativas e de economia solidária serão contemplados com políticas de assistência técnica, compras públicas, de percentual mínimo de 30%, dos produtos adquiridos por unidades de ensino, unidades hospitalares geridos pelo governo estadual e entidades assistenciais públicas e do terceiro setor que estabeleçam parcerias na proteção social.

Com vistas a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, o Ministério do Esporte e várias empresas estatais contribuíram no financiamento de projetos esportivos de rendimento, mas também foram contemplados projetos esportivos educacionais e participativos / comunitários como forma de integração social, estímulo a vida saudável e promoção da cultura da paz. Lamentavelmente após as Olimpíadas a maior parte das Bolsas Atletas foram cortadas, o apoio as equipes diminuíram e as demissões de treinadores e equipes técnicas romperam com os processos de valorização dos atletas de rendimento. Da mesma forma ocorreu a partir dos cortes nos programas e projetos nos esportes educacionais e participativos / comunitários.

Na área da segurança pública, os investimentos do PRONASCI foram fundamentais na promoção de ações de treinamento e formação dos agentes de segurança, no apoio a gestão integrada através dos entes federativos e na participação social através de ações como o Mulheres da Paz. Pela primeira vez, viamos a

possibilidade da construção de programas estruturantes permanentes para a prevenção e o combate a violência.

As agressões no ambiente doméstico e violência contra as mulheres, inclusive, com o aumento significativo das taxas de feminicídios, requer do Poder Público políticas mais assertivas da defesa das mulheres. A Lei Maria da Penha é um excelente instrumento de luta e punição dos agressores, mas não tem sido devidamente observado na elaboração e execução de políticas públicas. Iremos fortalecer os conselhos de defesa dos direitos das mulheres e outros espaços de integração do Poder Executivo com os poderes legislativo e judiciário para acompanhar a aplicação da Lei Maria da Penha.

É extremamente importante o resgate do pacto federativo para a execução das políticas públicas de garantia dos direitos de cidadania, no entanto, o governo estadual é o principal responsável pela articulação e coordenação das ações dos órgãos públicos estaduais, municipais e da sociedade civil organizada. Por meio do diálogo para definição das prioridades o governo estadual sob a gestão de Jackeline Oliveira Rocha e do vice Cleber Lanes, o PT propõe:

Para a Educação

- ✓ Colaboração com os municípios para ampliar o atendimento da educação infantil, pois pesquisas já demonstraram que existe uma relação direta entre a frequência à educação infantil e resultados escolares.
- ✓ Universalização, até 2020, do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- ✓ Universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de

sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

- ✓ Alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental em parceria com os municípios, bem como criar programa para garantir a alfabetização dos cerca de 7% da população com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade de alfabetização na idade adequada.
- ✓ Continuar a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas estaduais;
- ✓ Oferta de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- ✓ Observar o pacto federativo quanto a prioridade do governo estadual na oferta do ensino médio, com ampliação das matrículas da educação profissional técnica, concomitante ou pós ensino médio, assegurando a qualidade.
- ✓ Garantia da política de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da Rede Estadual possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Incentivar os profissionais para a realização de cursos de pós-graduação.
- ✓ Valorização dos (as) profissionais do magistério;
- ✓ Garantia do plano de carreira conforme determinado na meta 18 do Plano Nacional de Educação;
- ✓ Garantia da gestão democrática da educação com a efetiva participação dos segmentos escolares e eleição dos gestores escolares, bem como avaliação contínua de desempenho.
- ✓ Investimento, no mínimo, de trinta por cento das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento da educação.
- ✓ Para Educação Afrocentrada: Ceafros em todas as Superintendências e na SEDU/Central.

- ✓ Fomento e fortalecimento à Educação do Campo (MEPS, RACEFFAES e Assentamentos) com enfoque, também nas Comunidades Quilombolas.
- ✓ Implementação da 10.639/03 e Diretrizes Curriculares de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.
- ✓ Programas Educacionais em tempo integral e com bolsas de estudo e estágio remunerado para as comunidades, morros e favelas da Região Metropolitana da Grande Vitória.
- ✓ Programas educacionais para estímulo e ingresso no Ensino Superior com utilização de cotas para alunos negros (as), quilombolas, indígenas e LGBTQTS.
- ✓ Reestruturação da carreira do magistério da rede Estadual com a implantação adequada do Piso Nacional (Lei 11.738/08) na base da carreira, garantindo seus efeitos progressivos para a plena valorização dos (as) trabalhadores (as) em Educação.
- ✓ Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14).
- ✓ Implementação de currículo e metodologias educacionais que promovam a autonomia, bem viver, justiça social e respeito incondicional a diversidade humana em todos os seus aspectos.

Para a Inclusão Social e Habitação

- ✓ Redução dos indicadores de pobreza e da extrema pobreza no Espírito Santo;
- ✓ Geração de oportunidades de emprego e renda, prioritariamente para a população beneficiária dos programas de transferência de renda;
- ✓ Potencialização do acesso da população a educação formal, visando elevar a escolaridade e a qualificação profissional para conquista de sua autonomia;
- ✓ Adequação da oferta dos serviços públicos às necessidades da população, visando garantir a inclusão produtiva, tendo como princípios a equidade e a centralidade na família;
- ✓ Fortalecimento e ampliação do acesso da população aos serviços públicos;

- ✓ Construção do programa Inter setorial que possibilite o protagonismo juvenil;
- ✓ Aprimoramento dos projetos e ações de inclusão social, de transferência de renda e de fortalecimento dos vínculos familiares;
- ✓ Construção e implantação da política estadual para Pessoa com Deficiência;
- ✓ Ampliação do programa de habitação popular em todas as regiões urbanas e do interior do Estado, potencializando os programas federais, notadamente o Programa Minha Casa, Minha Vida e o atendimento às parcelas da população de renda até três salários mínimos;
- ✓ Contribuição para o financiamento do custeio dos equipamentos sociais municipais, voltados ao atendimento dos idosos, crianças, dependentes químicos e população especial;
- ✓ Fortalecimento de políticas públicas para fixação de ribeirinhos, quilombolas, e indígenas em suas regiões.

Para a Saúde

- ✓ Apoio aos municípios para o fortalecimento da atenção básica para manutenção e ampliação das equipes de saúde da família;
- ✓ Implementação de capacidade regional de atendimento aos principais agravos;
- ✓ Apoio aos hospitais filantrópicos;
- ✓ Implementação imediata do programa federal "Melhor em Casa", que tem como objetivo de atender em casa pacientes que estão em leitos hospitalares;
- ✓ Ampliação das ofertas de Leito;
- ✓ Implementação de programa de atenção à saúde da Mulher;
- ✓ Lutar pelo retorno e ajudar na ampliação do programa federal "Mais Médico".
- ✓ Fortalecimento dos hospitais regionais dotando-os de equipamentos e especialidades para absorver a demanda regional.

Para as Políticas de Direitos Humanos

- ✓ Construção de políticas públicas integradas para o enfrentamento à violência contra a mulher objetivando a sua proteção.
- ✓ Nos comprometemos na incorporação dos estudos e propostas elaboradas pela CEDIMES através do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo.
- ✓ Ampliação dos programas de proteção aos direitos humanos, com a participação efetiva das organizações sociais e instituição de políticas para a comunidade LGBTQTS;
- ✓ Promoção de políticas afirmativas voltadas à população negra e à população historicamente discriminadas que garantam o processo de inclusão social;
- ✓ Fortalecimento de políticas públicas para a terceira idade visando seu bem-estar, qualidade de vida e inclusão social;
- ✓ Construção de programas voltados exclusivamente para população jovem vulnerável visando a superação das perdas e apoio às vítimas da violência.
- ✓ Fortalecimento de políticas públicas para as pessoas com deficiência objetivando o bem-estar, a inclusão social e a inclusão no mercado de trabalho.
- ✓ Atuação na criação e promoção dos planos Estaduais de Políticas Públicas para as Juventude; Igualdade Racial e LGBTQTI+, Criança e Adolescente e Idosos;

Para a Segurança Pública

- ✓ Enfrentamento à violência e à criminalidade por meio da prevenção, com políticas públicas para inclusão, principalmente da juventude, que são as maiores vítimas da violência, com ações culturais, esportivas e de inserção no mercado de trabalho e fortalecimento da presença do Estado com ações efetivas em áreas mais vulneráveis;
- ✓ Enfrentamento à violência e à criminalidade, combatendo principalmente o tráfico, equipando a polícia e fortalecendo as delegacias especializadas;
- ✓ Investimento em tecnologia, equipamento e formação para potencializar a ação investigativa da polícia;

- ✓ Fortalecimento e valorização da polícia civil e militar, qualificando e aperfeiçoando na abordagem e atendimento à sociedade;
- ✓ Instalação de equipamentos regionalizados de apoio e atendimento às vítimas da violência, inclusive, com a instalação de novas – Delegacias Especializadas da Mulher e núcleos do IML.

Para o Esporte e lazer

- ✓ Fortalecimento das políticas públicas para desenvolvimento de todas as modalidades esportivas tradicionais no estado;
- ✓ Incentivo ao esporte de alto rendimento;
- ✓ Implantação de espaços esportivos para desenvolvimento de todas as modalidades esportivas tradicionais no estado;
- ✓ Implantação de programas esportivos principalmente em áreas vulneráveis para desenvolvimento do esporte e lazer objetivando qualificar o tempo livre das crianças, dos adolescentes e dos jovens, desenvolver habilidades esportivas, identificar esportistas de alto rendimento e possibilitar a socialização, o bem-estar e a qualidade de vida.
- ✓ Incentivo às entidades organizadas para desenvolvimento de programas esportivos.
- ✓ Fortalecimento e reconhecimento do Esporte amador em todas suas modalidades;
- ✓ Incentivo e promoção dos jogos estudantis;

Para a Cultura

- ✓ 1 - A cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento;
- ✓ 2 - As relações do Meio ambiente com o Turismo e a Cultura; o município deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais;

- ✓ 4 - Proporcionar a capacitação e a profissionalização dos trabalhadores culturais como política estratégica para as linguagens e experiências estéticas
- ✓ 5 - Criar através de Leis o registro e memória das manifestações culturais populares valorizando as tradições locais, criando os pontos de cultura como: escolas de samba, casa de religiões de matrizes africanas, grupos de congos, grupos de paneleiras, autos e manifestações culturais, artísticas e religiosas;
- ✓ 6 - Valorizar e estimular a produção e circulação das artes e da cultura com leis de fomento, fundo Estadual de cultura e lei de Incentivo;
- ✓ 7 - Estimular a valorização das modalidades circenses, com a criação da escola de circo;
- ✓ 8 - Garantir por meio de leis o recurso de no mínimo 1,5% do Estado destinado para a cultura;
- ✓ 9 - Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus, patrimônio material e imaterial;
- ✓ 10 - Ampliação das ações de fomento ao livro, à leitura e edições de livros; e, implantação de bibliotecas comunitárias nas regionais do Estado;
- ✓ 11 - Desenvolver o turismo cultural sustentável através da circulação dos espetáculos, festivais de teatro, circo, dança, música e práticas populares;
- ✓ 12 - Incentivar, apoiar, e desenvolver Festival de Cinema, respeitando a diversidade cultural e étnica;
- ✓ 13 - Garantir a ampliação, divulgação e recursos para o Festival Nacional de Teatro da Cidade de Vitória, proporcionando a "Inclusão cultural" de todo cidadão da Capital e do interior do Estado:
- ✓ 14 - Consolidar e fortalecer o Conselho Estadual de Cultura, como esfera de debate, avaliação das políticas públicas, garantindo o fórum permanente, seminários e conferência de cultura;
- ✓ 15 - Execução e acompanhamento do Plano Estadual de Cultura de acordo com o Plano Nacional de Cultura do governo federal reconhecendo as diferenças regionais;
- ✓ 16 - Criar uma base de dados, através de um catálogo sobre as manifestações culturais, dados sobre grupos culturais e artistas, com fotos e textos;

- ✓ 17- Garantir espaços de exposição e distribuição dos produtos culturais regionais nos espaços públicos como Aeroporto e Rodoviária;
- ✓ 18- Incentivo ou subsídio fiscal para os comerciantes que criarem espaço de cultura capixaba e lojas de produtos culturais no comércio e na rede hoteleira;
- ✓ 19 - Ampliar o acesso à produção de obras literárias garantindo espaços de circulação e comercialização dos livros e CD's nas bancas de jornais, nas livrarias e bibliotecas, criando leis de incentivos para os livreiros, escritores e associações de escritores;
- ✓ 20 - Fomentar, estimular a criação de centros culturais nos municípios bem como, preservar os espaços já existentes através de convênios e parcerias, valorizando as manifestações performativas e culturais dos municípios.
- ✓ 21 - Incentivar a criação e manutenção de ambientes lúdicos, para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais em escolas públicas e espaços educacionais sem fins lucrativos, museus, hospitais, casas de saúde, instituições de longa permanência, entidades de acolhimento e abrigos (CAJUNS, CRAS, etc.) e Centros de Recuperação de Dependentes Químicos;
- ✓ 23 - Promover a integração das artes na educação de acordo com a LDB, garantindo a obrigatoriedade do ensino das artes e oficinas nas escolas Estaduais e municipais;
- ✓ 24 - Regulamentar o projeto circuito cultural contratando os profissionais e grupos de artistas através de editais públicos, promovendo também as manifestações culturais regionais;
- ✓ 25 - Fortalecer os editais de fomento para circulação de espetáculos no setor das artes cênicas, música, artes populares, grupos de artistas populares;
- ✓ 26 - Criar bolsas, programas e editais específicos que diversifiquem as ações de fomento às artes no Estado;
- ✓ 27 - Fomentar os circuitos artísticos e culturais de rua, com destaque para o teatro, dança circo, música e práticas performativas populares;
- ✓ 28 - Valorização e identificação dos artistas capixabas participantes de eventos nas publicidades do Estado, na mesma proporção do artista de outros Estados e Países;

- ✓ 29 - Investir numa política de intercâmbio, através de incentivo à circulação de bens e espetáculos culturais entre as diversas regiões do Brasil, por meio de projetos, festivais e feiras que permitam a democratização do acesso a esses bens e serviços;
- ✓ 30 - Assegurar, de acordo com o PNC, espaço de montagem para o circo em áreas centrais dos Municípios, implementando, desta forma, licença anual objetivando as instalações para o pleno funcionamento da atividade circense;
- ✓ 31 - Garantir no plano de cargos do Estado quando da realização de concurso público o cargo de oficineiro na área cultural para a Saúde, Educação, Ação Social, Trabalho e Geração de Renda;
- ✓ 32 - Cumprir a regulamentação das profissões da área cultural, criando condições para o reconhecimento de direitos trabalhistas, previdenciários no campo da arte, da produção e da gestão cultural, incluindo os profissionais da cultura em atividades sazonais;
- ✓ 33 - Investir na profissionalização dos trabalhadores da cultura, através da ampliação dos cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes; e realizar concursos públicos em todas as esferas governamentais para o setor, equiparando nestes concursos o piso salarial de nível superior à carreira especialista em gestão pública ou equivalente e incluindo o reconhecimento de novas áreas de formação relacionadas ao campo cultural;
- ✓ 34 - Incentivar e orientar a criação de cooperativas e associações de artesãos e artistas;
- ✓ 35 - Valorizar os servidores e profissionais da área cultural, com a criação do Plano de Cargos e Salários da Secretaria de Estado da Cultura, bem como, estabelecer critérios para a escolha de cargos de Gerentes, Assessores e Titulares de cargos de confiança, para que tenham vivência prática e histórica da realidade cultural capixaba e competência técnica e política para empreender as ações públicas necessárias ao setor;
- ✓ 36 - Criar programas de transformação e utilização de espaços públicos em Equipamentos Culturais, requalificando através de ferramentas que garantam a permanência e continuidade destes Equipamentos. Quanto aos espaços públicos abertos, debater e criar, conjuntamente em comissões e com a sociedade civil

organizada, marcos legais para a plena utilização destes espaços, levando em conta as especificidades dos diversos segmentos das áreas artísticas. Quanto aos prédios passíveis de serem considerados de utilidade pública que estejam ociosos, construir, adequar e equipar para atividades artísticas e culturais;

- ✓ 37 - Criação de uma linha de financiamento de crédito para produtos artísticos e culturais;
- ✓ 38 - Potencializar as Festas Populares no Estado do ES como os autos, festas juninas, procissões e os grupos folclóricos;
- ✓ 39 - Criar o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural para desenvolver políticas de preservação do Patrimônio Cultural, incluindo a Cultura da Paisagem elaborando legislação específica nas áreas de patrimônio material (bens móveis, imóveis e naturais), como também, imaterial (tradições); através de inventários, tombamentos e registros, construindo programas de preservação que incluem, inclusive, a gestão de museus. Com autonomia administrativa e instrumentos como Conselhos e Fundos, capazes de aliar a estrutura Federal e Estadual.

Para o Meio Ambiente e a Sustentabilidade

- ✓ Proteção ao meio ambiente, com políticas e medidas que garantam a segurança hídrica e o controle da poluição atmosférica e do uso de agrotóxicos;
- ✓ Realização de políticas de proteção, recuperação; gestão ambiental visando à Proteção dos remanescentes da Mata Atlântica;
- ✓ Recuperação do Rio Doce;
- ✓ Preservação e recuperação das bacias Hidrográficas;
- ✓ Confeção e viabilização do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- ✓ Combate permanente a emissão de poluentes e principalmente o pó Preto.
- ✓ Adequar a estrutura do laboratório de climatologia do Estado do Espírito Santo.

3 - Desenvolvimento para a Geração de Trabalho e Renda.

Para que o Estado do Espírito Santo deixe ser visto pelos demais estados da Região Sudeste como entreposto para receber e escoar produtos do comércio exterior e aproveite suas potencialidades para o desenvolvimento endógeno, o governo estadual deve assumir funções de pesquisa, fomento e indução para a real inserção na “sociedade do conhecimento” do século XXI. Não é concebível que nosso estado seja um dos poucos que não têm, sequer, uma instituição de educação de nível superior estadual. Sabemos da importância da UFES e dos Institutos Federais de Educação Tecnológica no território capixaba. No entanto, nas últimas décadas, as instituições de ensino superior privado tiveram crescimento expressivo, inclusive, com recebimento de recursos públicos para a garantia do acesso de alunos sem condições de arcar com as despesas da formação técnico científica. Não se trata de criar uma nova instituição para concorrer com a oferta de cursos já existentes, mas oferecer cursos de graduação e especialização em áreas estratégicas para a produção de conhecimento em Ciência e Tecnologia C&T necessário a formação de profissionais que irão contribuir com o fortalecimento de cadeias produtivas já consolidadas e que precisam de maior qualificação e, também, no fomento e indução para novos investimentos públicos e privados.

Comércio Exterior e Logística.

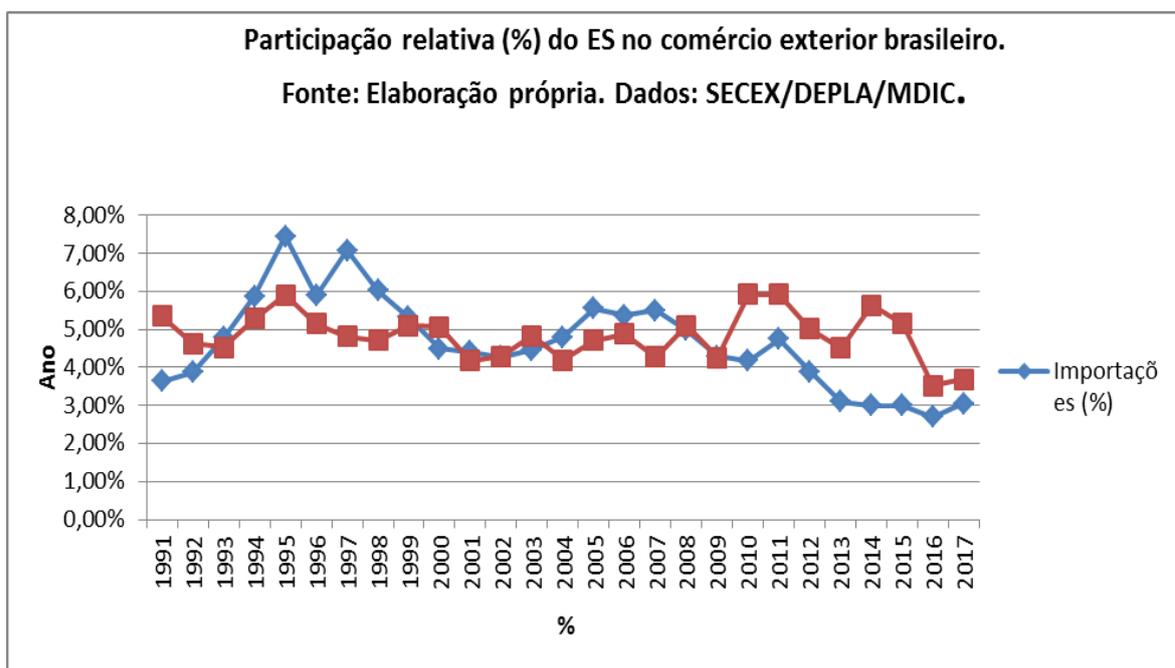
O comércio exterior e os serviços de logística desempenham um papel preponderante para a economia do Espírito Santo. Portanto, é altamente estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo que sejam constituídos e implementados mecanismos para envolvimento dos atores sociais, políticos e econômicos no processo de formulação e gestão de políticas públicas de fomento ao comércio exterior e a logística.

Nos últimos meses assistimos a um processo de choque da posição do governo estadual com o governo federal em torno das grandes infraestruturas de transporte, no caso, as ferrovias e o aeroporto. De um lado, a judicialização do processo de antecipação da renovação da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas e, de outro, das discussões envolvendo o processo de concessão do aeroporto de Vitória, em bloco com o aeroporto de Macaé.

Um fato concreto é a falta de uma articulação do Governo do ES com as políticas federais de transportes que só são colocadas na agenda, quando já se encontram em nível avançado do processo decisório no Governo Federal.

Outro fato concreto que estamos a vivenciar é diminuição da participação do ES no comércio exterior brasileiro que, no início dos anos 2000 detínhamos 5,06% das exportações e 4,49% das importações brasileiras.

Passados 17 anos, a nossa participação nas exportações caiu para 3,69% das exportações e, nas importações, para 3,06%. Com uma pauta de exportação altamente concentrada em poucas commodities, estamos em posição fragilizada frente às oscilações de preços destas commodities em mercados internacionais e, também, na nossa participação no comércio exterior brasileiro, daí a importância da diversificação da nossa pauta de produtos, melhorando a nossa conectividade com investimentos na nossa infraestrutura de transportes (porto-aeroporto-ferrovia-rodovia).



✓ O subsetor portuário

Com várias instalações portuárias de porte distribuídas ao longo dos seus 417 km de costa, o ES se constitui em um dos principais complexos portuários da América Latina. Apesar deste aglomerado de infraestruturas portuárias, o ES não tem uma

estrutura governamental que promova uma ação cooperada e estratégia comum voltada para o fortalecimento do comércio exterior.

Desde a encampação da Administração do Porto de Vitória – APV, então uma concessão estadual, pela União quando da constituição da Companhia Docas do Espírito Santo, o estado deixou de ter uma política pública portuária coordenada com a União, voltada para a sustentação do nosso desenvolvimento.

A visão equivocada que terminais de uso privado seriam os portadores de futuro do nosso desenvolvimento não se concretizou, pois estas infraestruturas ficaram, quase que exclusivamente, voltadas para as lógicas de desenvolvimento das empresas proprietárias destas infraestruturas.

A infraestrutura portuária pública administrada pela Companhia Docas do Espírito Santo vem assistindo a uma diminuição da sua participação no comércio exterior brasileiro decorrente, em parte, do obsolescimento da infraestrutura em poder atender as exigências das modernas embarcações portacontêineres, hoje, hegemônicas no transporte marítimo de cargas de alto valor agregado.

Os esforços para implantação de uma nova instalação para navios portacontêineres na Ponta de Tubarão esbarraram na falta de esforço político na conciliação de interesses divergentes dos Prefeitos da região metropolitana, fazendo com que perdêssemos o tempo político para sua implantação, conseguindo, somente, que a União reservasse uma área situada em águas públicas naquele sítio portuário, voltado para a implantação do porto de águas profundas.

Outro aspecto que merece uma atenção especial nas nossas propostas é a necessidade de um maior incentivo ao transporte por cabotagem, principalmente, em decorrência da crise dos transportes rodoviários e da nova política de fretes implementada pelo governo federal, que necessita de ações que equilibrem a matriz de transporte.

Portanto, como proposta de governo, propomos:

Constituição de um grupo de trabalho permanente no governo destinado à articulação dos atores governamentais, sociais e econômicos em torno de uma política estadual a ser construída para o setor portuário, ferroviário, aeroviário e rodoviário;

Constituir Consórcio Público destinado a articular uma política de atividades logísticas e

uma Zona de Atividades Logísticas do Espírito Santo – ZALES, formado pelo Governo do ES e pelos municípios que possuem portos, estações ferroviárias e aeroportos em seus territórios;

Promover uma maior interação do representante do Governo do ES no Conselho de Administração da CODESA e, desta, no desenvolvimento e concretização da política portuária do ES;

Articular os planos viários do ES com os Planos Diretores Municipais e o planejamento setorial portuário para o ES, como o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário, o Plano Mestre e o Plano de Outorgas;

Articular com os demais Estados da federação que possuem portos públicos em seus territórios na constituição de uma rede de cabotagem, acompanhada de um processo de facilitação alfandegária e uma alíquota diferenciada e comum do ICMS incidente sobre as cargas que são transportadas por este modal.

Articular o Governo Federal para a elaboração dos Estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental visando à concessão do porto especializado para contêineres, em águas profundas, no sítio da Ponta do Tubarão.

✓ **O subsetor ferroviário**

O processo de prorrogação antecipada das concessões ferroviárias trouxe para agenda do ES o importante debate do papel das ferrovias no processo de equilíbrio da matriz de transporte e da integração modal PORTO-FERROVIA e, principalmente, do papel do modal ferroviário no processo de desenvolvimento do ES.

Com base nos dados do Anuário Estatístico da ANTT-2017, verificamos o aumento da concentração de transporte no segmento de minério de ferro nos últimos 11 anos (fig.01), bem como uma queda e/ou estagnação nos demais segmentos de cargas, que nos leva a uma discussão sobre o tema de um maior controle social dos serviços públicos de transporte ferroviário de carga junto às concessionárias destes serviços e, principalmente, de uma política de fomento à constituição de associações de usuários de transportes ferroviários no ES.

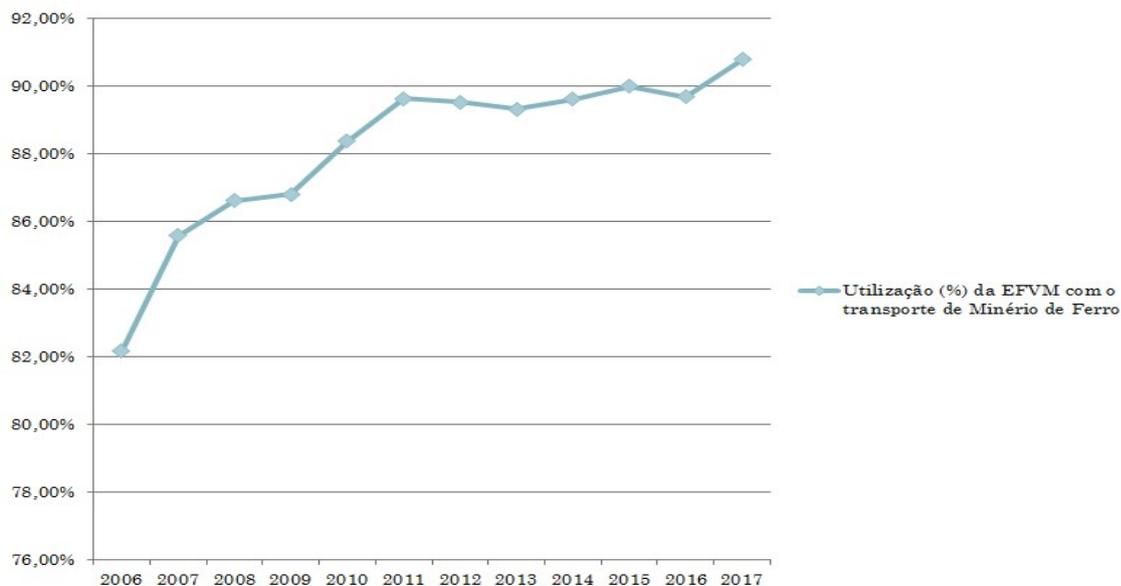


Fig.01

Portanto, a política de serviços públicos de transportes ferroviários no ES não pode ficar adstrita, somente, à gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, havendo a necessidade de uma maior articulação dos planos de desenvolvimento do ES com os formuladores das políticas de integração de transporte pela União, fazendo com que as concessões ferroviárias sejam fortes partícipes do nosso processo de desenvolvimento.

Assim, na questão de se atuar para um equilíbrio da matriz de transportes há a necessidade do aumento da oferta de serviços ferroviários aos portos públicos, decorrente do cenário de aumento da demanda por transporte de/para o Cais de Capuaba, decorrente dos benefícios da dragagem de aprofundamento, que levará a um aumento da carga consignada dos navios e a impossibilidade do escoamento destes excedentes, somente, pelo modal rodoviário, em virtude do gargalo viário hoje existente no acesso ao porto e, principalmente, na ponte sobre o Rio Aribiri.

Portanto, para o subsetor ferroviário, propomos:

- A. A inclusão de investimentos da EFVM nos acessos à Capuaba e nos pátios de manobra da Estação Porto Velho e Pedro Nolasco, como contrapartida do processo de prorrogação antecipada da concessão, notadamente, em função da necessidade do aumento da oferta de transporte ferroviário aos portos públicos.
- B. Fomentar a constituição de associações de usuários de transporte ferroviário;

C. Atuar na implantação da EF-118 ligando Cariacica/ES à Nova Iguaçu/RJ, destinada ao transporte de cargas, ligando aos portos e, também, destinada ao transporte ferroviário de passageiros.

✓ **O subsetor aeroportuário**

A agenda aeroportuária do ES deu um salto da necessidade de uma nova infraestrutura para o de como será a sua exploração diretamente pela INFRAERO ou através da transferência para o setor privado através de concessão.

A decisão do governo federal em fazer o leilão de licitação em bloco com o aeroporto de Macaé/RJ poderá diminuir a atratividade da concessão, em virtude, principalmente, da necessidade de investimentos num prazo mais curto que as demais concessões aeroportuárias.

Segundo a modelagem para o leilão, o vencedor da licitação do aeroporto de Vitória terá que fazer investimento nos 18 meses, após a assinatura do contrato de concessão, nas adequações da infraestrutura.

Com uma previsão de investimentos de R\$ 644 milhões e um valor de outorga mínima de R\$622 milhões para o bloco (Macaé-Vitoria), Vitória por ser um aeroporto de característica regional, para esse nível de investimento poderá não atrair investidores.

Assim, há a necessidade de uma articulação da bancada federal e, principalmente, dos agentes políticos, sociais e econômicos para fazer gestões que mantenham a gestão do aeroporto na INFRAERO ou, caso contrário, alterem a modelagem do processo de concessão do aeroporto, ante a estratégica importância do aeroporto para o desenvolvimento da logística de carga aérea, para o turismo e para atração de eventos de porte nacional para a região da grande Vitória.

Como proposta para o Governo, propomos:

- A. A inclusão da ampliação e/ou construção do novo Terminal de Carga Aérea;
- B. A articulação e esforços para a licitação do Centro de Eventos do aeroporto;
- C. Articulação com o IFES para constituição de cursos de educação profissional e

tecnológica no setor aeroportuário;

D. Articulação com o Governo Federal para rediscussão sobre a modelagem do processo de concessão do aeroporto.

✓ **O subsetor rodoviário**

No ES existem 9 rodovias federais (BR-101, BR-259, BR-262, BR-342, BR-381, BR-393, BR-447, BR-482, BR-484) e 15 rodovias estaduais (ES-010, ES-130, ES-166, ES-248, ES-313, ES-315, ES-318, ES-344, ES-356, ES-405, ES-416, ES-418, ES-421, ES-422, ES-429).

Para que toda essa infraestrutura viária dê o substrato ao desenvolvimento econômico e social do ES é necessário que, no âmbito estadual, se revise, adequue e execute o Plano Diretor Rodoviário do Espírito Santo (PDR-ES), com ações concretas e pactuadas com a sociedade do programa de investimentos em pavimentação, recuperação, conservação e adequação de capacidade da Rede Rodoviária Estadual, concretizando o princípio constitucional que os instrumentos de planejamento de Estado são vinculantes para o setor público e indicativos para o setor privado, como bem definido na CF/88 (Art.174).

Quanto à infraestrutura rodoviária estadual concedida à iniciativa privada, toda concessão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Para tanto, há a necessidade de fortalecimento da Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP) e do papel das associações de usuários na cooperação com o poder público no processo de fiscalização da prestação do serviço concedido.

Na infraestrutura rodoviária federal, há a necessidade de uma ação política vigorosa, articulando a representação federal na Câmara e no Senado no processo de fiscalização permanente das políticas federais do setor rodoviário, principalmente, junto à ANTT no processo de fiscalização das rodovias concedidas ao setor privado, como por exemplo, a ECO-101 concessionária da rodovia BR-101.

Assim, nos propusemos a:

A. Incentivar a constituição de associações de usuários das infraestruturas viárias concedidas, de forma a democratizar os processos de fiscalização da prestação dos

serviços concedidos e aumentar o controle social sobre as concessões;

B. Fortalecimento da Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP) e a implementação da obrigatoriedade de análise de impacto regulatório e das consultas públicas de todo o processo regulatório da Agência.

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

- Garantia do Banestes como Banco público do Estado e fortalecimento das suas ações, e também das carteiras de créditos e investimento;
- Fortalecimento da Política do Bandes;
- Defesa da CESAN como empresa pública;
- ✓ Discussão sobre a distribuição dos royalties e a participação especial de petróleo e gás junto a AMUNES;
- ✓ Incentivo à formação de consórcios públicos responsáveis pelos investimentos, gestão e prestação de serviços públicos de interesse regional e local;
- ✓ Fomento da instalação de novos pólos industriais regionais;
- ✓ Instalação dos pólos tecnológicos para o desenvolvimento da ciência, inovação e produção de bens e serviços de alto valor agregado;
- ✓ Instituição de políticas de compras públicas voltados para micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais;
- ✓ Ampliação de políticas de microcrédito e da economia solidária;
- ✓ Criação de mecanismos para dinamizar o desenvolvimento regional.
- ✓ Valorização das potencialidades das atividades de turismo e lazer.
- ✓ Incentivo à indústria criativa, o artesanato, a produção e difusão cultural e as atividades voltadas para o entretenimento, esporte e lazer;
- ✓ Ampliação dos Bancos Comunitários com criação de Moeda Social;
- ✓ Envidar esforços na retomada da produção da Samarco;

Para a Interiorização do Desenvolvimento e Agricultura

- ✓ Fortalecimento da agricultura familiar por meio do desenvolvimento da agropecuária, dos pólos de fruticultura, dos pólos olericultura e da cafeicultura;
- ✓ Construção de programa de fortalecimento ao agro turismo garantindo novas oportunidades às famílias do campo;
- ✓ Elaboração de políticas que contribuam para a fixação dos jovens nas atividades agrícolas por meio de crédito subsidiado, qualificação profissional e estímulo ao empreendedorismo;
- ✓ Valorização do trabalho do campo com disponibilização de equipamentos agrícolas às associações de produtores rurais organizadas;
- ✓ Incentivo à incorporação de tecnologias adaptadas aos pequenos agricultores visando agregação de valor aos produtos e implantação de técnicas e metodologias modernas para dinamizar e aumentar a produtividade agrícola;
- ✓ Instalação de infraestrutura para conectividade de dados e de voz;
- ✓ Asfaltamento das vias vicinais com objetivo de facilitar a mobilidade das famílias e escoamento da produção rural;
- ✓ Ampliação do crédito rural ao pequeno produtor e as agroindústrias;

Mobilidade e infraestrutura

- ✓ Viabilização das ampliações e instalações de novas infraestruturas de logística - porto de águas profundas, ramais ferroviários e duplicação da BR -262;
- ✓ Discussão visando à implantação de aeroportos regionais comerciais no ES para atender principalmente a dinâmica da indústria do petróleo;
- ✓ Implantação de ramais ferroviários com bitola que permita a interligação operacional com a malha ferroviária federal;
- ✓ Planejamento e investimentos em sistemas de transporte coletivo (corredores exclusivos de ônibus, BRT, veículo leve sob trilhos, sistema aquaviário, entre outros), definindo o melhor modal para cada região;
- ✓ Ampliação da rede cicloviária, facilitando o uso de bicicletas e similares;

- ✓ Fortalecimento e desenvolvimento do Plano de Mobilidade Estadual.
- ✓ Realização de obras de contenção de encostas, drenagem e pavimentação e implantação de estações de bombeamento de água, desassoreamento de rios, construção de barragens e caixas secas, com o objetivo de reduzir os problemas causados por desastres climáticos;
- ✓ Melhoria dos sistemas de alerta em relação aos desastres climáticos, avanços em relação à interlocução dos diversos atores envolvidos criando um banco de dados que cruze as informações e trabalhe de forma inteligente e preventiva e reforço aos equipamentos e pessoal das defesas civis e do Corpo de Bombeiros;
- ✓ Investimento em equipamentos para a implantação de laboratório de climatologia;
- ✓ Garantir que os investimentos para a renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas seja efetivado.